

ASPECTOS DISCURSIVO-PRAGMÁTICOS DO USO DE ADJETIVOS SEMIRRELATIVOS NO PARTICÍPIO PASSADO

Beatriz de Lucena Moreira (UFRN)
biatgs@hotmail.com
Fernando da Silva Cordeiro (UFRN)
nandocordeiro1@gmail.com
Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)
edbbispo@gmail.com

Introdução

Dentre os principais constituintes oracionais a que se prestam análises linguísticas recentes, encontramos os modificadores nominais. Sem deter-nos a maiores explicações, o modificador nominal representa o constituinte com função adjetiva no sintagma nominal, isto é, o constituinte integrado a um núcleo nominal capaz de modificá-lo, qualificá-lo, situá-lo, delimitá-lo e/ou focalizá-lo, o que pode ser feito não só pelos adjetivos, mas por locuções adjetivas e orações subordinadas adjetivas. Desta última forma de codificação pode derivar envolve um tipo de construção particular: aquela que apresenta, ao invés de uma oração relativa adjetiva desenvolvida na voz passiva (1), um adjetivo deverbal no particípio passado como modificador (2).

- (1) “um sem-número de candidatos eleitos em 2010 e **que foram impedidos de assumir a sua cadeira.**” Revista VEJA (2011)
- (2) “À exceção do período **conhecido como República Velha**, que sucedeu imediatamente ao Império...” Revista VEJA (2011)

Nossa pesquisa focaliza, em particular, a relação entre o nome (N) e seu modificador, mais especificamente aquele representado por adjetivo semirrelativo ou por oração relativa equivalente, considerando os contextos em que esses elementos são empregados. Nossa finalidade é identificar fatores semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos envolvidos nessa relação e, em especial, na escolha do adjetivo ou oração adjetiva, tendo em vista situações efetivas de uso da língua. Intentamos também verificar a possibilidade de permuta nesses contextos, procedendo ao levantamento de aspectos diversos das categorias do *continuum* proposto por Silva (2011).

Embasamos nossa investigação no trabalho de Silva (2011), que discute o adjetivo modificador deverbal (ou semirrelativo) no particípio passado. Segundo o autor, tais adjetivos emergem de orações adjetivas restritivas, havendo certa equivalência entre essas estruturas. No entanto, conforme verificou o autor, a permuta entre o semirrelativo e a oração nem sempre é possível, na medida em que, muitas vezes, implica alterações semântico-pragmáticas. Em virtude disso, o autor propõe um *continuum* que compreende a trajetória de mudança oração relativa restritiva > semirrelativo.

O aporte teórico de nossa pesquisa deriva fundamentalmente da Linguística Funcional de vertente norte-americana, conforme os pressupostos teóricos desenvolvidos por Givón (1995, 2001), Hopper (1987), Hopper e Traugott (2003), Traugott e Dasher (2005), Bybee (2010). Assumimos que a língua é utilizada pelos falantes para satisfazer necessidades comunicativas determinadas, havendo uma relação motivada entre forma e função. Nesse sentido, o surgimento e a regularização de estruturas morfossintáticas seriam motivados por fatores de natureza cognitiva e sociocomunicativa, o que implica a concepção de que as regras

gramaticais são modificadas pelo uso. Entendemos também a gramaticalização como um processo de criação de novas construções, envolvendo, desse modo, a emergência de padrões linguísticos /esquemas construcionais motivados linguística e discursivamente pelo uso contínuo em situações concretas de comunicação.

O material de análise consiste de textos publicados no primeiro semestre de 2011 da Revista VEJA, representativos de duas configurações textuais prototípicas: editorial e coluna social.

1. Questões teórico-metodológicas

Apoiamos nossa observação na perspectiva teórica funcionalista em sua vertente norte-americana, tal como defendido por autores como Givón (1990, 1995, 2001), Hopper (1987), Traugott (2004), Hopper e Traugott (2003), Bybee (2010), Thompson e Hopper (2001), Furtado da Cunha et al (2003), entre outros. Também nos valemos de contribuições da Linguística Cognitiva, conforme sustentado por Tomasello (1998) e Bybee (2010, 2011).

As teorias funcionalistas pretendem explicar a língua com base no contexto linguístico e na situação extralinguística. Partindo desse pressuposto, a língua é uma estrutura em constante mutação em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Em outras palavras, as regras da gramática são modificadas pelo uso (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 29). Ressalta-se, assim, a importância do uso da língua como objeto de estudo, pois a perspectiva funcional trabalha com a hipótese de que a forma da língua deve refletir, em alguma medida, a função que exerce na interação social. Por função, compreendemos o papel semântico-pragmático das estruturas linguísticas na comunicação. Os fenômenos linguísticos são analisados, pois, com base em motivações sintáticas, semânticas e ainda discursivo-pragmáticas implicadas no uso da língua.

Dentre os princípios e categorias de análise centrais da corrente funcionalista, estão a *iconicidade*, a *marcação*, a *transitividade*, o *plano discursivo*, a *informatividade* e a *gramaticalização*. Neste trabalho, propomo-nos a analisar nosso objeto de investigação à luz dos princípios de *iconicidade* e de *marcação*.

O princípio de iconicidade pode ser definido como a correlação natural e motivada entre forma e função. Isto é, entre código linguístico (expressão) e seu significado (conteúdo) (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 29-30). Levando em consideração que o código linguístico reflete de algum modo a experiência dos falantes, a relação entre forma e função pode não ser totalmente arbitrária. De acordo com Bolinger (1977), em outros contextos, o código linguístico pode ser terminantemente determinado pela função que venha a desempenhar no discurso. Este princípio, em sua forma mais branda, se manifesta em três subprincípios: i – *subprincípio da quantidade*; ii – *subprincípio da integração*; iii – *subprincípio da ordenação*.

Segundo o subprincípio da quantidade, a estrutura de uma construção gramatical tende a refletir a conceitualização por ela representada, de tal modo que quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma para codificá-la. Isso significa que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (SLOBIN, 1980). Quanto ao subprincípio da integração, ele prevê que aquilo que é mais integrado cognitivamente também o será quanto ao nível da codificação. Por fim, o subprincípio da ordenação linear prevê que (i) o primeiro lugar da cadeia sintática tende a ser ocupado pela informação mais importante, de modo que a ordem dos elementos numa construção releva a ordem de importância da informação para o falante (ii) a ordenação dos termos na oração ou de orações no período tende a refletir a mesma sequência com que os eventos por eles representados foram percebidos. Desse modo, a iconicidade é estimulada por questões de

clareza e transparência, de modo a reduzir a opacidade entre a forma linguística e seu correlato semântico e/ou pragmático.

Em direção oposta à do princípio de iconicidade está a tendência em economizar esforço. Zipf (1935, p. 29, apud HAIMAN, 1985, p. 167) observa que “alta frequência é a causa de pequeno tamanho”, e isso equivale a dizer que o que é familiar, nas línguas, recebe expressão reduzida. Nesse sentido, a dinâmica da gramática de uma língua natural está sujeita a pressões competidoras, oscilando entre motivações que ora concorrem para maior clareza, expressividade, ora atendem a necessidades de praticidade e economia.

Já o princípio de marcação diz respeito “à presença vs ausência de uma propriedade nos membros de um par contrastante de categorias linguísticas” (FURTADO DA CUNHA, 2001, p. 60). Segundo Givón (1990), existem três critérios principais que podem ser usados para distinguir uma categoria marcada de uma não marcada, num contraste binário. São eles:

a) Complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa – ou maior – que a não-marcada correspondente;

b) Distribuição de frequência: a categoria marcada tende a ser menos frequente, portanto mais saliente cognitivamente, que a não-marcada;

c) Complexidade cognitiva: a estrutura marcada normalmente é mais complexa cognitivamente (em termos de atenção, esforço mental ou duração de processamento) que a correspondente não-marcada.

Apesar do tratamento binário desta categoria, é importante ressaltar que pode haver uma escalaridade. Uma determinada estrutura pode ser marcada em dado contexto, mas não-marcada em outra situação. Dessa forma, trabalharemos não com a distinção entre marcado e não-marcado, mas com um contínuo, que vai do que é menos marcado ao que é mais marcado. É nesse sentido que discutiremos a relação entre oração relativa e semirrelativo.

Em termos metodológicos, a pesquisa envolve tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, com vistas à observação da recorrência às diferentes formas de codificação do modificador nominal, bem como da integração sintático-semântica entre ele o nome a que se refere e da identificação de motivações semântico-cognitivas e pragmático-discursivas envolvidas. Nesse sentido, a quantificação dos dados do *corpus* foi realizada para aferição de frequência de uso e identificação da forma mais recorrente de codificação, enquanto o aspecto qualitativo reside na explicitação de motivações para a recorrência a uma ou outra forma.

Nosso material de análise consiste de textos escritos publicados na Revista VEJA no primeiro semestre de 2011. De modo mais específico, utilizamos textos veiculados nas seções “Carta ao leitor” e “Gente”, que correspondem aos gêneros textuais editorial e coluna social, respectivamente. Esses gêneros nos são significativos pelo seu contexto informativo e por apresentarem posicionamentos em relação aos acontecimentos. Esses propósitos comunicativos são relevantes para a investigação a que se presta este trabalho, uma vez que partimos do pressuposto de que a estrutura da língua reflete, em parte, a função que ela desempenha na interação discursiva.

2. Modificador nominal semirrelativo

Apresentamos, nesta seção, a caracterização de um elemento-chave de nossa pesquisa: o adjetivo semirrelativo. Também versaremos, de forma sucinta, acerca do tratamento dado por alguns autores (gramáticos e linguistas) aos adjetivos para melhor situar nosso objeto de estudo.

Inicialmente, é importante destacar que a designação “semirrelativo” não é encontrada nas Gramáticas Tradicionais nem entre linguistas. Trata-se de uma denominação decorrente de classificação proposta por Silva (2011), a partir das propriedades sintático-

semânticas dos adjetivos. Grosso modo, corresponde ao adjetivo deverbal com forma de particípio passado, conforme verificamos em (3).

- (3) “é a pior forma de governo, salvo todas as outras formas **experimentadas** de tempos em tempos”. (Editorial, 05/01/2011)

De um modo geral, a concepção comum de adjetivo, entre gramáticos e até mesmo linguistas, é a de que ele se constitui essencialmente um modificador do substantivo. Nas palavras de Azeredo (2008, p. 169), “são adjetivos os lexemas que se empregam tipicamente para significar atributos ou propriedades dos seres e coisas nomeados pelos substantivos”. Neves (2000, p. 173) pontua que “os adjetivos são usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um **substantivo**”.

Quanto à classificação, Borba (1996), Neves (2000), Liberato (2001), Azeredo (2010), Castilho (2010) dividem os adjetivos em classificadores (que delimitam o significado do substantivo, colocando-o em uma subcategoria semântica, como ocorre em *ataque cardíaco*) e os qualificadores (que atribuem ao substantivo uma propriedade, uma característica, um modo de ser, conforme se dá em *bom trabalho*).

Silva (2011), rejeitando as concepções tradicionalmente adotadas, as quais, segundo ele, possuem viés estritamente linguístico (sintaticista) ou semântico-referencialista (que estabelece a relação língua-mundo), concebe o adjetivo como “o recurso linguístico utilizado para verbalizar uma modificação operada na conceitualização de um elemento referencial (representado por um nome-substantivo) ou de um segmento discursivo (expresso por um enunciado ou por um bloco textual mais amplo)”. Desse modo, o adjetivo seria considerado uma categoria conceitual dependente, uma vez que pressupõe um conteúdo referencial/proposicional/textual, explicitamente verbalizado ou não, ao qual se vincula, sendo, assim, parte integrante de uma construção mais ampla atualiza173da no/pelo discurso.

A respeito da classificação do adjetivo, Silva acrescenta à proposta de divisão acima apresentada, uma terceira categoria: os especificadores (referenciadores de termos espaciais, temporais ou de quantidade relativa, como ocorre em *próximo ano*). Além disso, o mesmo autor propõe um refinamento da classificação de Neves (2000), ao dividir os classificadores em denominativos (que compõem um único bloco referencial, resultando numa construção fechada), como em (4); tipológicos (especificam o conteúdo referencial, constituindo uma construção semiaberta), como em (5); e semirrelativos (deverbais de uma oração relativa que circunscrevem o conteúdo referencial numa ação/situação específica, formando uma construção mais aberta), como em (6).

- (4) “[...] as substâncias utilizadas no medicamento dão início a um processo complexo que resulta na liberação de radicais **livres** [...]”. (Artigo de divulgação científica, 2010).
- (5) “O objetivo do presente estudo consistiu em avaliar a *expressão imuno-histoquímica* de MMP-1, MMP-2, MMP-7, MMP-9 e MMP-26 [...]”. (Resumo de tese, 2006).
- (6) “O estudo constatou uma avaliação positiva por parte dos *professores participantes* do programa no município de Natal [...]”. (Resumo de dissertação, 2007).

Com esta pesquisa, em particular, objetivamos investigar o uso do adjetivo semirrelativo e da oração relativa correspondente, com vistas a dar conta de fatores cognitivos e pragmático-discursivos implicados na recorrência a uma ou outra forma.

3. Motivações cognitivas e interacionais no uso de semirrelativos

Nesta seção, apresentamos os dados obtidos de nosso *corpus* quanto ao uso de adjetivos semirrelativos e de orações adjetivas equivalentes, bem como discutimos motivações envolvidas no uso dessas formas de codificação do modificador nominal. No Quadro 1, quantificamos, resumidamente, as ocorrências atestadas em cada padrão discursivo considerado.

	Construção referencial com oração relativa matriz		Construção referencial com adjetivo semirrelativo	
		(%)		(%)
Coluna Social	9	69,2	160	64
Editorial	4	30,8	90	36
Total	13	100	250	100

Quadro 1 – Ocorrências de construções referenciais com oração relativa matriz e adjetivos semirrelativos

Os números nos revelam a preferência quase categórica pela estrutura referencial com adjetivo semirrelativo: 94% na coluna social e 95% no editorial. Essa ampla diferença percentual pode ser explicada à luz dos princípios de marcação e iconicidade.

Em primeiro lugar, podemos notar que o adjetivo semirrelativo tem uma estrutura menos complexa que a relativa (é menor que ela), o que demanda menos tempo de elaboração e de processamento cognitivo. Em outras palavras, é menos complexo estrutural e cognitivamente, daí sua maior frequência de uso, conforme prevê o princípio de marcação. Comparemos, para melhor entendimento, as ocorrências (7) e (8).

(7) “na corrente mundial de informação da internet por agências **especializadas** como Bloomberg e Reuters” (Editorial, 13/04/2011)

(8) *Toy Story* deu solidez e viabilidade econômica a uma forma de arte ainda vacilante **que parecia condenada** a ser usada apenas para fazer filmetes experimentais e de publicidade” (Editorial, 16/03/2011)

Outro aspecto implicado no uso dos elementos em foco refere-se ao fato de que o adjetivo é ainda uma forma mais integrada ao núcleo do Sintagma Nominal. Isso porque ele ocorre mais contiguamente ao nome a que se refere do que o elemento verbal da relativa que lhe é correspondente. Além disso, a opção pelo semirrelativo em vez da oração adjetiva também se relaciona ao princípio da economia, dada a utilização de menos material linguístico para expressar as informações pretendidas.

A opção pelo adjetivo semirrelativo também se dá em casos nos quais esse elemento forma um único bloco referencial com o núcleo do SN de que faz parte. Em algumas das ocorrências, constatamos que se trata de estruturas relativamente cristalizadas na língua, tornando praticamente inviável, em termos semânticos, a permuta por orações adjetivas correspondentes, como ocorre em (9) e (10):

(9) A direção da Dior o afastou por tempo **indeterminado**.” (Coluna Social, 02/03/2011)

(10) “Entraves superados, o casal verticalmente oposto (ele mede 1,92 metro; ela, 1,56) enfim apareceu de mãos **dadas** (...)”. (Coluna Social, 02/03/2011)

Observemos que ao adjetivo semirrelativo “*indeterminado*” corresponde à oração adjetiva “*que não se determina*”. Entretanto, de modo geral, não recorremos a esta última para expressar essa proposição. Da mesma forma, “*dadas*” é preferida pelos usuários da língua, pois é uma forma já cristalizada (não ouvimos dizer “*mãos que se dão/deram*!”). A substituição também não ocorre quando o verbo da oração relativa matriz não é muito comum, assim como vemos em (11), em que o termo “*destemperada*” dificilmente seria substituído por “*que se destempera*”:

- (11) “outro senador arranca o gravador das mãos de um jornalista que lhe fez uma pergunta incômoda, e é apoiado por essa atitude **destemperada**.” (Editorial, 04/05/2011)

Outro aspecto a ser considerado diz respeito a restrições de natureza sintática. Uma vez que o modificador pode ocorrer tanto antes quanto depois do nome a que se refere, quando a opção for pela posição pré-nominal, a única possibilidade será o uso do semirrelativo, visto que as orações relativas no português são todas pós-nominais. Observemos (12) para melhor compreensão.

- (12) “As duas não decepcionaram: lindas, estavam quase idênticas nos **bem cuidados** cabelos castanhos, nos trajes em tons pastel e até nos sapatos.” (Coluna Social, 20/04/2011)

A natureza flexível do adjetivo quanto à sua posição no SN representa fator preponderante em sua escolha. Na verdade, constitui única possibilidade.

O uso de um adjetivo semirrelativo no lugar de uma relativa também pode relacionar-se aos efeitos sentido que se pretende construir. Em (13) e (14), por exemplo, a substituição do semirrelativo por oração adjetiva comprometeria o efeito pretendido.

- (13) **TEMPO DE HOMENS PARTIDOS** (título) (Editorial, 09/03/2011)

- (14) Palocci encarna o elo **perdido**, unindo o país real a uma Brasília imersa em ideologias paralisantes. (Editorial, 08/06/2011)

A ocorrência em (13) foi utilizada em um editorial que discutia os princípios de políticos que mudam de partido por conveniência, enquanto (14) foi retirado de um texto que denunciava as falcatruas de um homem de confiança do governo. O uso de uma oração relativa nos contextos apresentados restringiria a carga semântica desses termos, e ainda poderia induzir o leitor à interpretação diversa da pretendida.

A recorrência às orações relativas, da mesma sorte, também pode ser explicada em termos cognitivos e interacionais. Podemos identificar motivações para o uso dessas construções em contextos específicos de comunicação. Observamos que essas orações foram utilizadas em situações nas quais se deseja enfatizar determinada ação verbal ou quando os aspectos modo-temporais são relevantes. Isso aponta para a complexidade estrutural apresentada pelas orações relativas, uma vez que abrangem um número maior de informações. Em (15), por exemplo, o uso da relativa revela o propósito de recortar melhor, em termos semânticos, o núcleo do SN, além de enfatizar a celebridade que o usava (na verdade, a pessoa de quem se fazia o comentário).

- (15) “O resultado é o biquíni azul com efeitos tridimensionais pintado por quatro ilustradores **com que foi fotografada** para a celebrada edição na revista *Sports Illustrated*.” (Coluna Social, 23/02/2011)

Pelas discussões aqui empreendidas, percebemos que o uso das formas da língua não se dá ao acaso, nem de modo alheio às circunstâncias da situação comunicativa. Ao contrário, relaciona-se aos contextos em que a língua é efetivamente empregada, revelando, assim, uma correlação entre a estrutura e conceitualização. Trazendo a questão para o foco deste trabalho, vimos que a opção por um semirrelativo ou por uma oração relativa está relacionada a fatores de natureza sintática, semântico-cognitiva e socioninteracionais as quais só podem ser apreendidas quando levamos em conta o uso linguístico.

4. Considerações Finais

Partindo da perspectiva teórica da Linguística Funcional, fizemos uma análise das motivações que implicadas no uso de duas das formas de codificação do modificador nominal, a saber, o adjetivo semirrelativo e a oração relativa. O levantamento de dados a que procedemos apontou para a preferência pela utilização de construções com o adjetivo semirrelativo. Essa preferência se deve (i) à menor complexidade estrutural e cognitiva, (ii) à maior integração com o núcleo do SN, (iii) ao princípio de economia de esforço, (iv) a propósitos comunicativos específicos.

Possivelmente, a alta recorrência dos semirrelativos também se relaciona à natureza dos padrões discursivos analisados – coluna social e editorial – cujas estruturas linguísticas tendem a ser breves e objetivas do ponto de vista informacional. Mesmo assim, as poucas ocorrências da oração relativa desenvolvida nos textos da amostra considerada refletem motivações discursivas/comunicativas voltadas, sobretudo, à demanda por expressão de maior quantidade de conteúdo/ maior especificação/ delimitação dos referentes.

Por fim, reconhecemos que ainda há aspectos a serem investigados no que diz respeito ao estudo da oração relativa matriz como forma-base para a emergência do adjetivo semirrelativo. Nessa perspectiva, um caminho a percorrer diz respeito à possível trajetória de mudança oração relativa > adjetivo semirrelativo. Assim, sugerimos a investigação de um possível *continuum* para explicar essa trajetória, levando em conta, nesse processo, a perda das marcas verbais relativas à estrutura argumental do semirrelativo, a possibilidade ou não de permuta com a oração correspondente e sua fixação como adjetivo.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BORBA, Franciso S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996. (Série Fundamentos, 111).
- BYBEE, Joan. *A usage-based perspective on language*. In: _____. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, UK: CUP, 2010. Cap. 1, p. 1-13.
- _____. *Usage-based theory and grammaticalization*. In: NARROG, Heiko; HEINE, Bernd (Eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: OUP, 2011, p. 69-78.
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 157-176.
- _____. *Análise funcionalista de procedimentos discursivos*. In: PASSEGGI, L.; OLIVEIRA, M. do S. (Orgs.). *Linguística e educação: gramática, discurso e ensino*. São Paulo: Terceira Margem, 2001, p. 55-76.
- _____.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A. et al. (Orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29-55.

- GIVÓN, Talmy. *Syntax*. v. I e II, Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- _____. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- HAIMAN, John. *Natural syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*. v. 13, p. 139-157, 1987.
- HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- NEVES, Maria Helena de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- SILVA, José Romerito. *Adjetivação e gêneros discursivos: uma proposta de contribuição à leitura e à produção de textos*. Comunicação Individual apresentada no VI Simpósio Internacional de Estudos sobre Gêneros Textuais e Ensino (SIGET). Natal-RN, 2011.
- SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1980.
- TOMASELLO, M. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: _____. (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: LEA, 1998. p. vii-xxiii.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. Exaptation and grammaticalization. In: AKIMOTO, M. (ed). *Linguistics studies based on corpora*. Tokyo: Hituzi Syobo Publishing Company, 2004.
- _____.; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMPSON, Sandra A.; HOPPER, Paul J. (2001). Transitivity, clause structure, and argument structure: Evidence from conversation. In BYBEE, Joan; HOPPER, Paul J. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 27-59.
- ZIPF, G. K. *The psychobiology of language: an introduction to dynamic philology*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1935.